

PROF. A. F. CESARINO JÚNIOR

Catedrático de Legislação Social, da Faculdade de Direito, da
Universidade de São Paulo.

DIREITO SOCIAL BRASILEIRO

Contendo a matéria dos programas das
Faculdades de Direito do Rio de Janeiro,
de São Paulo e de outras do país.

1940

LIVRARIA MARTINS — Editora
RUA DA QUITANDA, 82 — 4.º Andar
São Paulo



ÍNDICE SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

GENERALIDADES

CAPÍTULO I

A EXPRESSÃO "DIREITO SOCIAL"

1 — Diversas denominações. 2 — Direito Operário. 3 — Legislação do Trabalho. 4 — Direito Social. 5 — Direito Corporativo. 6 — Direito ou Legislação?

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DE DIREITO SOCIAL

7 — Multiplicidade de conceitos de Direito Social. 8 — Correspondência entre os diversos conceitos e as denominações da disciplina. 9 — Enunciação dos principais conceitos. 10 — Sua crítica. O verdadeiro método a seguir. 11 — Conceito amplo da Legislação do Trabalho, e Direito Social. 12 — A Constituição Brasileira e a proteção ao economicamente débil. 14 — Fim principal do Direito Social: assegurar a paz social. 15 — Conceito de trabalhador em direito social. 16 — Necessidades vitais. 17 — Caráter supletivo das leis sociais. 18 — Finalidade supraeconômica das leis sociais. 19 — Definição de Direito Social. 20 — Análise desta definição

CAPÍTULO III

DIVISÃO DO DIREITO SOCIAL

21 — Divisão do Direito Social. 22 — Direito Corporativo ou Direito Social Coletivo. 23 — Direito do Trabalho ou Direito Social Específico. 24 — Direito Social propriamente dito ou Direito Social Genérico. 25 — Esquema

CAPÍTULO IV

FUNDAMENTOS DO DIREITO SOCIAL

26 — Funções do Estado. 27 — Função Social do Estado. Seus conceitos, seus limites. Papel do Estado na regulamentação do trabalho. 28 — As diversas escolas sobre as funções do Estado. Ponto capital

de separação entre as escolas socialistas e as intervencionistas. 29 — Liberalismo. Individualismo. Escolas não intervencionistas. 30 — Intervencionismo do Estado. Escolas intervencionistas. 31 — Socialismo. Escolas Socialistas. 32 — Distinção do socialismo e do coletivismo. 33 — Comunismo. 34 — Solidarismo. 35 — Cooperativismo. 36 — Escolas cristãs. O cristianismo social ante a doutrina social católica. As encíclicas DE CONDITIOE OPIFICUM ou RERUM NOVARUM do Papa Leão XIII e QUADRAGESIMO ANNO e DIVINI REDEMPTORIS, do Papa Pio XI. 37 — Socialismo de cátedra e o pretendido socialismo científico. 38 — Socialismo reformista e socialismo revolucionário. 39 — O positivismo. O altruísmo. Exame crítico comparativo das doutrinas de Augusto Comte e Karl Marx. 40 — O anarquismo. 41 — Escolas ecléticas 35

CAPÍTULO V

HISTÓRIA DO DIREITO SOCIAL X

42 — Questão Social. Histórico. 43 — O progresso das ciências aplicadas. O vapor e a eletricidade. 44 — Suas consequências: as grandes concentrações de capital ou capitalismo e o problema da desocupação. 45 — O movimento operário. Resistência dos patrões e a intervenção judicial. 46 — Movimento legislativo contemporâneo. Progresso de legislação regulamentar e analogia crescente das legislações 51

CAPÍTULO VI

A ECONOMIA E O DIREITO SOCIAL

47 — Competição econômica entre as nações e seu reflexo na ordem social. 48 — Autarquias econômicas e economias dirigidas. 49 — Monopólios de Estado. 50 — Barreiras aduaneiras através de tarifas e limitação de importação. 51 — Limitação ao intercâmbio de moedas. 52 — Restrições à emigração e imigração. 53 — Nacionalização do trabalho e dos trabalhadores 58

CAPÍTULO VII

A POLÍTICA E O DIREITO SOCIAL

54 — Os estados totalitários do tipo fascista e bolchevista, sob o ponto de vista da Legislação Social. Fundamentos comuns e objetivos idênticos. 55 — Fascismo italiano: sua estrutura social, econômica e jurídica. A Carta do Trabalho fascista. 56 — Nacional-socialismo alemão: idem, idem. A Lei Nacional do Trabalho Alemão. 57 — O tipo austríaco e a natureza do seu corporativismo católico. 58 — O neo-tipo português. O Estatuto Nacional do Trabalho. 59 — Exame comparativo dos pontos de vista comuns, das diferenças e variantes desses quatro tipos. 60 — A legislação social na Rússia, antes e depois da revolução. O Bolchevismo. A Nova Política Econômica ... 67

CAPÍTULO VIII

AUTONOMIA E POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA DO DIREITO SOCIAL

61 — O Direito Social como disciplina autônoma em formação.	62 —
Característicos e tendências do Direito Social.	63 —
Direito público ou direito privado?	64 —
Atinências do Direito Social com o Direito Privado.	65 —
Idem com o Direito Público.	66 —
Idem com a Ciência da Administração.	67 —
Idem com a Economia Social	80

CAPÍTULO IX

DIREITO SOCIAL COMPARADO

68 — As grandes correntes legislativas e as suas diretrizes.	69 —
Grupo latino.	70 —
Grupo anglo-americano.	71 —
Grupo germânico.	72 —
Grupo eslavo.	73 —
Grupo néo-saxônio.	74 —
A legislação regulamentar no Oriente e Extremo-Oriente	86

CAPÍTULO X

DIREITO SOCIAL INTERNACIONAL

75 — Regulamentação internacional do trabalho.	76 —
O Tratado de Versalhes. Princípios gerais consagrados por êle a respeito do regime de trabalho.	77 —
A Organização Internacional do Trabalho	89

CAPÍTULO XI

DIREITO SOCIAL BRASILEIRO

78 — A Legislação Social no Brasil até 1934.	79 —
A Legislação Social na Constituição de 1934.	80 —
Idem na Constituição de 1937.	81 —
Estado atual da Legislação Social Brasileira	97

PARTE PRIMEIRA

DIREITO SOCIAL GENÉRICO

CAPÍTULO XII

DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO NA ORDEM EDUCACIONAL

82 — Ação direta do Estado e sua ação indireta mediante fiscalização e auxílio às instituições de caráter particular.	83 —
Cursos de "ação social" ou de "serviço social".	84 —
O problema da educação.	85 —
O ensino técnico	110

CAPÍTULO XIII

DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO NA ORDEM DEMOGRÁFICA

86 — A população e sua disciplina social.	87 — Concentrações urbanas e rurais.	88 — Emigração, imigração e redistribuição das populações	121
---	--------------------------------------	---	-----

CAPÍTULO XIV

DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO NA ORDEM FAMILIAR

SECÇÃO 1.ª

A FAMÍLIA

89 — O amparo à família.	90 — Proteção às famílias de prole numerosa	128
--------------------------	---	-----

SECÇÃO 2.ª

A INFÂNCIA

91 — O amparo à infância sob o aspecto moral.	92 — Idem educacional.	93 — Idem físico e econômico	132
---	------------------------	------------------------------------	-----

SECÇÃO 3.ª

A MOCIDADE

94 — O amparo à mocidade sob o aspecto moral.	95 — Idem educacional.	96 — Idem físico e econômico	137
---	------------------------	------------------------------------	-----

CAPÍTULO XV

DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO NA ORDEM EUGÊNICA

SECÇÃO 1.ª

A RAÇA

97 — A defesa da raça. Aspectos gerais do problema.	98 — Aperfeiçoamento físico através dos desportos	140
---	---	-----

SECÇÃO 2.ª

A MATERNIDADE

99 — O amparo à maternidade	143
-----------------------------------	-----

SECÇÃO 3.^a

A VELHICE

100 — O amparo à velhice 145

SECÇÃO 4.^a

OS ENFERMOS

101 — O amparo aos enfermos 146

CAPÍTULO XVI

DA AÇÃO SOCIAL DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA

SECÇÃO 1.^a

LIMITAÇÃO À ATIVIDADE ECONÔMICA

102 — Limitações atinentes ao trabalho, exigidas pelo bem público.
103 — Idem à produção. 104 — Idem ao consumo 150

SECÇÃO 2.^a

A PROPRIEDADE

105 — Limitação ao exercício do direito de propriedade, segundo o
interêsse geral ou coletivo 154

SECÇÃO 3.^a

A PRODUÇÃO

106 — Fomento e amparo à produção 156

SECÇÃO 4.^a

MONOPÓLIOS DO ESTADO

107 — Monopólios do Estado 158

SECÇÃO 5.^a

DIREITO À SUBSISTÊNCIA

108 — O direito à subsistência. Amparo aos necessitados 161

SECÇÃO 6.^a

PROPRIEDADE E HERANÇA

109 — Protecção da pequena propriedade. 110 — Idem da pequena he-
rança. Impostos progressivos sôbre a sucessão 164

SECÇÃO 7.^a

A ECONOMIA POPULAR

111 — Fomento da economia popular. Bolsas de Trabalho. Cooperativas de produção. 112 — Proibição da usura. 113 — Crédito popular 166

SECÇÃO 8.^a

HABITAÇÕES POPULARES

114 — Habitações populares. "Building Societies". 115 — Bem de família 176

PARTE SEGUNDA

CAPÍTULO XVII

DEFINIÇÃO DO DIREITO CORPORATIVO

116 — Definição do Direito Corporativo. 117 — Outras definições. Crítica 181

CAPÍTULO XVIII

DIVISÃO DO DIREITO CORPORATIVO

118 — Divisão de vários autores. 119 — Idem dos autores italianos. 120 — Nossa divisão 188

CAPÍTULO XIX

FONTES DO DIREITO CORPORATIVO

121 — Fontes do Direito Corporativo. 122 — Idem do Direito brasileiro 192

CAPÍTULO XX

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

123 — Necessidade das associações profissionais. 124 — Associação e coligação. 125 — História das associações profissionais 197

CAPÍTULO XXI

SINDICATOS

126 — Definições de sindicato. 127 — Divisão dos sindicatos. 128 — História do Direito Social. 129 — Idem brasileiro. 130 — Liberdade sindical. 131 — Unidade e pluralidade sindical. 132 — Autonomia dos

sindicatos. 133 — Sindicalização obrigatória. 134 — O direito a sindicalizar-se. 135 — Personalidade jurídica dos sindicatos. 136 — Noção de categoria. 137 — Constituição dos sindicatos. 138 — Funcionamento dos sindicatos. 139 — Uniões, federações e confederações. 140 — Direito e deveres dos empregados sindicalizados. 141 — Atribuições dos sindicatos. 142 — Entidades colaterais. 143 — Estudo da lei sindical	204
--	-----

CAPÍTULO XXII

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

144 — História. 145 — Denominação. 146 — Definição. 147 — Natureza jurídica. 148 — Interpretação do contrato coletivo. 149 — Aplicação do contrato coletivo. 150 — Conteúdo do contrato coletivo. 151 — Estipulação dos contratos coletivos. 152 — Extensão da eficácia do contrato coletivo. 153 — Penalidades	255
---	-----

CAPÍTULO XXIII

CORPORAÇÕES

154 — Definição. 155 — Divisão. 156 — Constituição das corporações. 157 — Funções das corporações. 158 — Estados corporativos contemporâneos	271
--	-----

CAPÍTULO XXIV

CONSELHO DA ECONOMIA NACIONAL

159 — Definição. 160 — Organização. 161 — Atribuições próprias. 162 — Atribuições legislativas	282
--	-----

CAPÍTULO XXV

163 — Conflitos do trabalho. 164 — Conflitos individuais do trabalho. 165 — Conflitos coletivos do trabalho. 166 — Greve. 167 — Sabotagem. 168 — Lock out	288
---	-----

CAPÍTULO XXVI

CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

169 — Definição. 170 — Arbitragem facultativa. 171 — Arbitragem obrigatória	294
---	-----

CAPÍTULO XXVII

COMISSÕES MIXTAS DE CONCILIAÇÃO

172 — Definição. 173 — Constituição. 174 — Atribuições. 175 — Funcionamento	297
---	-----

CAPÍTULO XXVIII

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

176 — Definição.	177 — Constituição.	178 — Atribuições.	179 —	
Processo.	Cumprimento das decisões		301

CAPÍTULO XXIX

DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO

181 — Definição.	182 — Constituição.	183 — Atribuições	312
------------------	---------------------	-------------------	-------	-----

CAPÍTULO XXX

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

184 — Definição.	185 — Constituição.	186 — Funcionamento.	187	
— Atribuições			315

CAPÍTULO XXXI

JUSTIÇA DO TRABALHO

SECÇÃO 1.ª

DEFINIÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	320
---	-------	-----

SECÇÃO 2.ª

HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	321
--	-------	-----

SECÇÃO 3.ª

A JUSTIÇA DO TRABALHO NO DIREITO BRASILEIRO	326
--	-------	-----

SECÇÃO 4.ª

NATUREZA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	330
--	-------	-----

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

192 — Organização da Justiça do Trabalho.	193 — Juntas de Conciliação e Julgamento e Juizes de Direito.	194 — Conselhos Regionais do Trabalho.	195 — Conselho Nacional do Trabalho.	196 — Auxiliares da Justiça do Trabalho	334
---	---	--	--------------------------------------	---	-------	-----

— IX —
SECÇÃO 6.^a

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

197 — Jurisdição da Justiça do Trabalho.	198 — Competência da Justiça do Trabalho.	199 — Competência “ratione materiae”.	200 — Competência “ratione personae”.	201 — Competência normativa.	202 — Atribuições dos órgãos da Justiça do Trabalho	339
--	---	---------------------------------------	---------------------------------------	------------------------------	---	-----

SECÇÃO 7.^a

PROCESSO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

203 — Processo na Justiça do Trabalho.	204 — Processo dos dissídios individuais: A — Conciliação e Julgamento. B — Julgamento dos inquéritos administrativos.	205 — Processo dos dissídios coletivos: A — Conciliação e Julgamento. B — Extensão das decisões.	206 — Recursos.	207 — Execução.	208 — Penalidades.	209 — Conflitos de jurisdição.	210 — Revisão dos julgados	349
--	--	--	-----------------	-----------------	--------------------	--------------------------------	----------------------------------	-----

PARTE TERCEIRA

DIREITO DO TRABALHO

GENERALIDADES

CAPÍTULO XXXII

TRABALHO E TRABALHADOR

211 — Defesa de trabalho.	212 — Classificação das diferentes espécies de trabalho.	213 — Trabalhador. Noção e espécies	365
---------------------------	--	---	-----

CAPÍTULO XXXIII

LIBERDADE DE TRABALHO

214 — Liberdade de trabalho. Conceito e restrições.	215 — Liberdade profissional. Idem, idem	371
---	--	-----

CAPÍTULO XXXIV

DEFINIÇÃO DE DIREITO DO TRABALHO	374
--	-----

CAPÍTULO XXXV

DIVISÃO DO DIREITO DO TRABALHO	376
--------------------------------------	-----

— X —

CAPÍTULO XXXVI

FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

- 218 — Fontes do Direito do Trabalho. 219 — A Constituição. 220 — As leis do trabalho. 221 — As leis civis e comerciais. 222 — Os contratos coletivos de trabalho. 223 — As normas corporativas. 224 — As sentenças da Justiça do Trabalho. 225 — Outras fontes 378

TÍTULO II

RELAÇÃO INDIVIDUAL DE TRABALHO

CAPÍTULO XXXVII

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA

- 226 — Conceito contratual da relação de trabalho. 227 — Conceito estatutário da relação de trabalho. 228 — Definição do contrato individual de trabalho. 229 — Natureza jurídica deste contrato 384

CAPÍTULO XXXVIII

CAPACIDADE PARA O CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- 230 — Capacidade para o contrato individual de trabalho. 231 — Capacidade dos menores e das mulheres casadas. 232 — Iem dos estrangeiros. Lei dos dois terços. 233 — Habilitação profissional 398

CAPÍTULO XXXIX

FORMAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- 234 — Formação do contrato de trabalho. 235 — Agências de colocação. 236 — Dos desempregados 403

CAPÍTULO XL

FORMA E PROVA DO CONTRATO DE TRABALHO

- 237 — Forma do contrato de trabalho. 238 — Sua prova. 239 — Carteira profissional 408

CAPÍTULO XLI

SALÁRIO

- 240 — Definição. 241 — Formas. 242 — Salário mínimo. 243 — Salário familiar. 244 — Participação nos lucros 413

CAPÍTULO XLII

OBRIGAÇÕES DERIVADAS DO CONTRATO

245 — Obrigações derivadas do contrato de trabalho.	246 — Obrigações do empregado.	247 — Obrigações do empregador.	248 — Obrigações acessórias	428
---	--------------------------------	---------------------------------	-----------------------------	-----

CAPÍTULO XLIII

DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

SECÇÃO 1.ª

DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	432
---------------------------------	-----

SECÇÃO 2.ª

RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO

250 — Rescisão do contrato por tempo indeterminado. Aviso prévio.	
251 — Teorias sôbre a rescisão do contrato de trabalho.	
252 — Justas causas para a despedida.	
253 — Estabilidade no emprêgo.	
254 — Indenização. Fixação do seu importe.	
255 — Princípio de continuidade do contrato de trabalho.	
256 — Despedida indireta	432

SECÇÃO 3.ª

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO	448
--------------------------------	-----

CAPÍTULO XLIV

FORMAS ESPECIAIS DE TRABALHO

258 — Formas especiais de trabalho.	259 — Profissões liberais.	260 — Contrato de aprendizagem.	261 — Trabalho a domicílio.	262 — Trabalho familiar.	263 — Trabalho doméstico.	264 — Trabalho rural.	265 — O contrato de empreitada no Direito do Trabalho	452
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------	-----------------------------	--------------------------	---------------------------	-----------------------	---	-----

CAPÍTULO XLV

FRAUDE À LEI EM MATÉRIA DE CONTRATO DE TRABALHO	466
---	-----

TÍTULO III

TUTELA DO TRABALHO

CAPÍTULO XLVI

DEFINIÇÃO DA TUTELA DO TRABALHO	470
---------------------------------	-----

CAPÍTULO XLVII

DIVISÃO DA TUTELA DO TRABALHO 473

CAPÍTULO XLVIII

DURAÇÃO DO TRABALHO

269 — Duração do trabalho. 270 — Duração diária do trabalho. 271 — Trabalho noturno. 272 — Repouso hebdomadário. 273 — Férias anuais 476

CAPÍTULO XLIX

ACIDENTES DO TRABALHO

274 — Definição de acidente do trabalho e de moléstia profissional. 275 — História da legislação sôbre acidentes. 276 — Fundamento da relação jurídica resultante do acidente. 277 — Sujeitos da redação jurídica resultante: A — ativo — empregado ou beneficiários; B — passivo — empregador. 278 — Objeto da relação jurídica resultante: a reparação. 279 — Garantias da reparação. 280 — Processo de reparação 491

CAPÍTULO LI

REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES

295 — Regulamentação da profissão de advogado. 296 — Idem de médico, veterinário, farmacêutico, parteira e enfermeiro. 297 — Idem de engenheiro. 298 — Idem de quimico. 299 — Idem de contador. 300 — Idem de jornalista. 301 — Idem de agrônomo 528

CAPÍTULO LII

REGULAMENTAÇÕES ESPECIAIS

302 — Regulamentação do trabalho de mulheres. 303 — Idem de menores 533

TÍTULO IV

SEGUROS SOCIAIS

CAPÍTULO LIII

SEGUROS SOCIAIS

- 304 — Seguros sociais: definição. 305 — Divisão dos seguros sociais.
306 — Seguros contra a invalidez e velhice. 307 — Seguro contra a morte. 308 — Seguro contra acidentes do trabalho. 309 — Seguro contra o desemprego. 310 — Seguro contra a enfermidade. 311 — Seguro-maternidade 538

CAPÍTULO LIV

INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 312 — Instituições de Previdência Social. 313 — Instituto dos Comerciantes. 314 — Instituto dos Industriários. 315 — Instituto dos Bancários. 316 — Outros institutos. 317 — Caixas de Aposentadorias e Pensões 550

TÍTULO V

DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO LV

DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

- 318 — Direito Administrativo do Trabalho. 319 — Ministério do Trabalho. 320 — Departamento Nacional do Trabalho. 321 — Inspetorias Regionais do Trabalho. 322 — Departamento Nacional de Imigração. 323 — Departamento Estadual do Trabalho 556